

Caracterização do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre

*Denise Zaions**
*Isabel Costa***

Na década de 90, a política de abertura econômica e o programa de estabilização com âncora cambial adotado em 1994 provocaram transformações que atingiram o mercado de trabalho urbano brasileiro, historicamente pouco estruturado e heterogêneo. Já em sua origem, esse mercado se constituiu com base em um segmento formal, com relações de trabalho claramente capitalistas, e noutro, caracterizado por uma multiplicidade de formas de inserção produtiva, via de regra, denominado informal. A heterogeneidade produtiva e das relações de trabalho produziu uma diversidade de situações ocupacionais, diferenciando-se da situação clássica das sociedades capitalistas avançadas, em que a população ativa pode ter sua condição de atividade¹ sintetizada pelas situações de emprego e desemprego.²

No contexto de um mercado de trabalho com essas características, o processo de modernização tecnológica, associado à crescente internacionalização e à especialização da base produtiva, repercutiu negativamente sobre a produção e o emprego.

* Economista, Técnica da FEE.

** Socióloga, Técnica da FGTAS/SINE-RS

As autoras agradecem aos colegas da PED-RMPA, André L. Chaves, Calino Pacheco Filho, Irene Galeazzi, Míriam De Toni, Norma Kreling, Lúcia Garcia e Romeu Knob, pela leitura atenta e pelas sugestões à versão preliminar deste texto, eximindo-os de qualquer impropriedade porventura existente. Agradecem, ainda, a colaboração dos estagiários Ana Paula Sperotto e Marco Aurélio Nogueira na programação e digitação das tabelas. Agradecem, também, a Vera Rotta e Ana Luiza Costa pelo auxílio prestado.

¹ A condição de atividade é definida a partir da subdivisão da População em Idade Ativa (PIA) em População Economicamente Ativa (PEA) — formada pelos indivíduos ocupados e desempregados — e População Inativa.

² Ver, a esse respeito, Dedecca (1996).

Recentemente, a elevação do desemprego, grande epidemia social do final do século, que desafia governantes e empresários e amedronta trabalhadores, vem se constituindo em tema central de preocupação, expresso nas pesquisas de opinião pública como principal inquietação da sociedade civil. Diante disso, o Governo Federal, que até há pouco tempo afirmava que o desemprego poderia ser eliminado pelo crescimento econômico e pelas reformas na legislação que arbitra sobre as relações de trabalho, vê-se constrangido a reconhecer no desemprego um grave problema social que precisa ser enfrentado. Nesse sentido, foram anunciadas, em junho de 1998, algumas medidas cujo objetivo é atenuar o crescimento do desemprego em nosso País.³

Diferentes concepções sobre a realidade do mercado de trabalho e, particularmente, sobre a problemática do desemprego vêm marcando o debate a respeito dessa questão. No Brasil, as divergências teórico-conceituais expressam-se, basicamente, através de duas vertentes de interpretação do fenômeno do desemprego. Numa, acredita-se que a característica principal da perda de dinamismo do mercado de trabalho, na década de 90, está mais ligada à precarização do emprego do que propriamente ao nível de desemprego. Dessa forma, o maior problema seria a baixa qualidade dos postos de trabalho e não sua escassa criação. Na outra vertente, na qual se alinha o presente artigo, parte-se de uma avaliação que, junto ao problema da precarização da ocupação, considera que o nível de desemprego é elevado, uma vez que a economia brasileira tem se mostrado incapaz de gerar postos de trabalho, sejam de alta qualidade, ou não, em número suficiente para atender à oferta de força de trabalho. Esse debate tem reflexos na produção de informações diferenciadas sobre esse fenômeno. A partir de concepções controversas que conceituam os principais indicadores de mercado de trabalho, realizam-se, no Brasil, duas pesquisas domiciliares de acompanhamento conjuntural e com abrangência nacional, que subsidiam a produção de estudos e diagnósticos diferenciados sobre uma realidade comum.

A Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), capta informações com base nas noções usuais de emprego (exercício de qualquer atividade por, no mínimo, uma hora na semana da entrevista) e de desemprego (ausência de

³ Entre essas medidas, há as que propõem o aumento do subsídio para a agricultura familiar por meio de empréstimos com juros baixos, bem como as que visam reduzir o desemprego urbano através de (a) incentivo à construção civil, através de um programa de financiamento de 250 mil imóveis, no valor de R\$ 6 bilhões, com recursos do FGTS, da Caixa Econômica Federal e de verbas orçamentárias, com o objetivo de criar 500 mil empregos nesse setor; (b) treinamento de mão-de-obra; e (c) concessão de crédito para pequenas e microempresas (GM, 1998; R. Época, 1998).

trabalho combinada à procura e à disponibilidade para trabalhar), estimando um nível de desemprego relativamente baixo.

Partindo do pressuposto de que a dicotomia emprego/desemprego é insuficiente para descrever o mercado de trabalho brasileiro, criou-se, em 1984, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a partir de convênio firmado entre a Fundação SEADE (vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). A metodologia elaborada para a PED pretendeu dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão-de-obra e dinamizado por uma estrutura produtiva heterogênea. Em consequência da utilização de conceitos diversos e mais adequados para classificar a inserção produtiva dos indivíduos, a PED⁴ estima taxas de desemprego mais elevadas que as da PME nas regiões metropolitanas em que são aplicadas as pesquisas⁵. A distância entre as duas taxas resulta, primordialmente, do fato de que apenas parte dos indivíduos classificados como desempregados pela PED recebem o mesmo tratamento na PME.⁶

⁴ Principais conceitos utilizados pela PED: **População em Idade Ativa (PIA)** com 10 anos e mais; **População Economicamente Ativa (PEA)** — parcela da PIA que está ocupada ou desempregada; **Ocupados** - conjunto de pessoas que possuem trabalho remunerado exercido com regularidade, que possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas sem procura de trabalho diferente do atual; excluem-se as pessoas que, não o tendo procurado, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias, que possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho; **Desempregados** - somatório das pessoas que se encontram em situação de **Desemprego Aberto** (pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias) e de **Desemprego Oculto** (Pelo Trabalho Precário - compreende as pessoas que procuram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizaram, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizaram algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes ou realizaram algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício; e Pelo Desalento - pessoas sem trabalho que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses); e **Inativos** - parcela da PIA que não está ocupada nem desempregada.

⁵ A PME é aplicada em seis regiões metropolitanas: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. A PED realiza-se em seis regiões: nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e no Distrito Federal. Ambas são pesquisas domiciliares com periodicidade mensal.

⁶ Ver, a esse respeito, Boletim do DIEESE (1996)

Num mercado de trabalho em que os limites entre as condições de atividade são muito tênues, a necessidade de um diagnóstico capaz de descrever a complexidade da situação constitui-se numa ferramenta central para a elaboração de propostas e de políticas públicas que se pretendam eficazes na redução dos efeitos da exclusão ocupacional.

Partindo dessa visão, o presente artigo tem como objetivo realizar uma descrição do perfil da população desempregada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), examinando como esse fenômeno se apresenta para os diversos segmentos populacionais em que a População Economicamente Ativa pode ser repartida. Utilizar-se-ão como referência as informações captadas pela série PED-RMPA no período de 1993 a 1997, com base nas médias anuais, entendendo que a visão desse indicador expressa mais adequadamente a realidade de nosso mercado.

Inicialmente e objetivando situar a Grande Porto Alegre num contexto mais geral, analisa-se o comportamento da força de trabalho em quatro das seis regiões metropolitanas onde a PED é realizada,⁷ restringindo-se aos dados disponíveis referentes a 1996 e 1997.

A seguir, passa-se ao estudo do mercado de trabalho na RMPA, no qual, além de focar o período acima mencionado, se toma como principal referência o período completo da série PED-RMPA 1993-97. Assim, verifica-se o desempenho do mercado de trabalho metropolitano, com ênfase na estrutura do desemprego regional e na caracterização do perfil do desempregado na Grande Porto Alegre.

1- O mercado de trabalho nas regiões metropolitanas selecionadas

Entre os anos de 1996 e 1997, a elevação das taxas totais de desemprego⁸ foi generalizada nas regiões metropolitanas selecionadas para o presente artigo — Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Distrito Federal, como demonstra a Tabela 1.

⁷ As Regiões Metropolitanas de Recife — que iniciou a pesquisa no final de 1997 — e de Salvador — que iniciou no final de 1996 e não dispunha, no momento deste estudo, das médias anuais de 1997 — não foram incluídas.

⁸ **Taxa de desemprego total** é igual à relação Desempregados-PEA e indica a proporção da PEA que se encontra em situação de desemprego aberto ou oculto (conforme nota de rodapé nº 4).

Embora com magnitudes diferenciadas, o contingente de desempregados atingiu o maior nível da série da Pesquisa em todas regiões em foco. No Distrito Federal, a taxa média de desemprego foi estimada em 18,0% da PEA, atingindo o nível mais elevado frente às taxas de desemprego do conjunto das regiões pesquisadas (Gráfico 1). Na Grande São Paulo, registrou-se uma taxa de 16,0% da PEA e, nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e de Porto Alegre, tal indicador alcançou 13,4% das respectivas PEAs.

Na RMPA, observou-se o menor incremento anual na taxa de desemprego (2,3%), quando comparado ao das demais regiões. Por sua vez, o Distrito Federal apresentou o maior crescimento (de 7,1%) nesse indicador. Em todas as regiões analisadas, constata-se elevação da taxa média de desemprego aberto. Já o desemprego oculto elevou-se tanto para o Distrito Federal quanto para a RMSP, tendo recuado nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Belo Horizonte.

A taxa global de participação⁹ nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo sofreu pequeno decréscimo, ao passar de 54,6% da PIA em 1996 para 54,0% em 1997 e de 61,8% para 61,7% respectivamente. Isso indica que, não obstante o abrandamento da pressão exercida pela oferta de mão-de-obra sobre esses mercados de trabalho, o fraco desempenho da ocupação nas duas regiões (indicador que apresenta crescimento da ordem de 0,8% na RMPA e de 0,5% na RMSP) provocou a elevação do desemprego. No período em análise, o Distrito Federal e a RMBH apresentaram comportamento diferenciado das outras regiões. As taxas de participação elevaram-se, atingindo o patamar de 61,9% e 57,9% da PIA respectivamente. Nessas regiões, o crescimento da ocupação ocorreu de forma mais intensa que na RMPA e na RMSP, não bastando, todavia, para absorver o aumento da pressão sobre o mercado de trabalho decorrente do crescimento da PEA. Com isso, o comportamento do desemprego foi o mesmo observado nas outras regiões, com elevação das taxas.

2 - O comportamento do mercado de trabalho na RMPA

A partir deste tópico, analisar-se-á o comportamento do mercado de trabalho na RMPA, tendo como referência o período completo da série PED-RMPA 1993-1997, além do desempenho anual de 1997.

⁹ A taxa global de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

Nessa região, que concentra praticamente um terço da população do Rio Grande do Sul e cerca de 40 % da PEA urbana do Estado (Pesq. Nac. Amostra Domic., 1996), a elevação do desemprego e o fraco desempenho da ocupação deram a tônica ao mercado de trabalho metropolitano. Assim, em sintonia com as demais regiões analisadas, o mercado de trabalho da Grande Porto Alegre apresentou desempenho pouco favorável no ano de 1997.

A taxa média de desemprego, em crescimento pelo segundo ano consecutivo, variou 2,3% em 1997 com relação ao ano anterior. Dessa forma, esse indicador atingiu o patamar mais elevado de toda a série PED-RMPA: 13,4% da PEA. O número médio de desempregados na Região ficou estimado em 205 mil pessoas.

De acordo com a Tabela 2, verifica-se a geração de 10 mil novos postos de trabalho, elevando para 1.321 mil o número de pessoas ocupadas no ano de 1997. Todavia o aumento da pressão sobre o mercado de trabalho, resultante do crescimento da PEA em 17 mil pessoas, anulou os efeitos da geração de ocupações, determinando a elevação do desemprego em sete mil pessoas.

Observa-se que, nesse ano, seguindo comportamento semelhante ao dos demais da série, o crescimento ocupacional no setor serviços foi mais intenso. A geração de 16 mil postos nesse setor foi, entretanto, contrabalançada pela eliminação de vagas, em mesma magnitude, no setor industrial da Região Metropolitana. Dentro deste, os ramos mais atingidos foram o calçadista e o metal-mecânico, justamente os maiores absorvedores da mão-de-obra industrial.

Esse resultado negativo na indústria da RMPA pode estar vinculado, dentre outros fatores, ao processo de racionalização produtiva direcionado à elevação da produtividade, uma vez que, no ano de 1997, a indústria de transformação apresentou o maior incremento em termos de PIB estadual (10,5%).

Por outro lado, o comércio e a construção civil adicionaram, cada um, quatro mil novos postos ao mercado de trabalho metropolitano. Note-se que, em termos percentuais, foi na construção civil que ocorreu o mais intenso crescimento ocupacional (5,1%), seguido por serviços (2,5%) e comércio (1,8%).

O incremento no desemprego ocorreu mesmo se observando elevação substancial no número de inativos, ou seja, enquanto a População em Idade Ativa aumentou em 2,2%, a PEA cresceu em menor intensidade (1,1%), o que ocasionou o recuo da taxa de participação de 54,6% em 1996 para 54,0% em 1997.

Tomando-se, agora, como período de referência para a análise os últimos cinco anos — 1993 a 1997 —, observa-se que o mercado de trabalho metropolitano manteve, basicamente, as mesmas características que marcaram o ano de 1997.

Comparando-se os dois anos extremos da série da PED-RMPA, verifica-se que, novamente, o fraco desempenho da ocupação não foi capaz de absorver o crescimento da oferta de força de trabalho: isto é, nos últimos cinco anos, foram criados 52 mil novos postos de trabalho, enquanto o incremento da PEA foi de 81 mil pessoas. Esse processo determinou a elevação do desemprego em 29 mil pessoas.

Mais uma vez, observou-se forte retração no emprego industrial, que, no período, eliminou 46 mil postos de trabalho. Houve crescimento nos demais setores da economia: comércio (17 mil), construção civil (8 mil) e emprego doméstico (18 mil). Todavia o destaque ficou, novamente, com o setor serviços. Este, ao criar 55 mil novos postos de trabalho, assegurou sinalização positiva ao comportamento da ocupação na RMPA. De acordo com a posição na ocupação, o que mais chama atenção é a redução do emprego no setor público, que eliminou 16 mil postos de trabalho nos últimos cinco anos, provavelmente um reflexo dos programas de reforma administrativa e de demissão voluntária implantados pelo Governo Estadual nesse período.

A taxa média de desemprego total elevou-se de 12,2% em 1993 para 13,4% em 1997, como resultado exclusivo do crescimento do desemprego aberto, uma vez que o oculto sofreu redução.

A taxa global de participação reduziu-se de 57,0% em 1993 para 54,0% em 1997. Assim como observado para o ano de 1997, houve substancial aumento da inatividade, uma vez que o crescimento da PIA (11,4%) foi bem mais intenso que o da PEA (5,6%).

3 – A estrutura do desemprego na RMPA

Num contexto de incapacidade da economia de gerar postos de trabalho em número suficiente para absorver o crescimento da oferta de mão-de-obra na RMPA, o desemprego vem se elevando desde 1996, quando os efeitos dinamizadores do Plano Real, favoráveis aos trabalhadores, tal como o incremento do valor real dos rendimentos, deram mostras de arrefecimento. Por extensão, tais efeitos repercutiram negativamente sobre o mercado de trabalho, fazendo com que, a partir de 1995 o contingente de pessoas desempregadas se elevasse, atingindo, com o acréscimo de 45 mil pessoas nesse intervalo, 205 mil indivíduos em 1997.

Com base nessa realidade, analisar-se-á a seguir o mercado de trabalho metropolitano, com ênfase no estudo do fenômeno do desemprego, seguindo duas abordagens no estudo do universo de desempregados na Grande Porto

Alegre. No item 3.1, investiga-se todo o contingente de desempregados da RMPA, incluindo os indivíduos que estão procurando trabalho pela primeira vez e os que têm experiência anterior de trabalho. Já no item 3.2, restringe-se a análise ao grupo dos desempregados que perderam sua ocupação e estão buscando reingressar, ou seja, à parcela com experiência anterior de trabalho. Tal categoria, além de abarcar a maior parcela dos desempregados, se elevou de 82,5% em 1993 para 84,6% em 1997, ficando estimada em 173 mil pessoas neste último ano, conforme Tabela 3.

Tendo como base de análise esses dois universos distintos, porém complementares, pretende-se identificar como o desemprego se distribui entre os diversos grupos populacionais em que a PEA pode ser segmentada. Os critérios de gênero, idade, escolaridade e posição que o indivíduo ocupa no domicílio é que segmentarão o grupo completo dos desempregados, bem como o tempo médio que esses indivíduos despendem na procura de trabalho. O outro grupo — desempregados com experiência anterior de trabalho — terá como critério de desagregação o setor econômico de origem, a posição na ocupação exercida pelo desempregado no último trabalho, o motivo de desligamento desse trabalho, o tempo de permanência no mesmo e as formas de sobrevivência dos indivíduos nessa condição. Investigar-se-á cada uma dessas categorias de maneira isolada.

3.1 – Análise do desemprego segundo atributos pessoais

Um conjunto de indicadores e variáveis foi selecionado com o objetivo de melhor investigar o desemprego na RMPA. Assim, a seguir, serão utilizadas a taxa de desemprego, a taxa de participação, a distribuição percentual e a estimativa do contingente de desempregados, dentro de cada um dos atributos: gênero, idade, escolaridade e posição no domicílio. Também será considerado o tempo médio despendido na procura de trabalho.

3.1.1 - Gênero

Em 1997, mais da metade da população desempregada era composta por homens, representando, em números absolutos, 110 mil indivíduos. Tal contingente implicou uma taxa de desemprego masculino de 12,3%.

Entre as mulheres, conforme a Tabela 4, a taxa de desemprego foi mais elevada, atingindo 15,1% da PEA feminina. No entanto, em função de sua PEA ser menor, estima-se em 95 mil o contingente de mulheres desempregadas.

Analisando a taxa de desemprego por tipo, verifica-se que a taxa de desemprego aberto acompanha a característica observada para a taxa total, isto é, a taxa de desemprego aberto é maior entre as mulheres (11,4%) do que entre os homens (8,1%). Esse comportamento se inverte no caso do desemprego oculto, quando a taxa dos homens (4,2%) supera a das mulheres (3,6%). O desemprego oculto, mais elevado para esse gênero, pode indicar que os homens, em decorrência de representarem a maioria das pessoas em posição de chefe de domicílio, portanto, responsáveis principais no orçamento familiar, são compelidos a executar trabalhos irregulares e intermitentes — popularmente chamados “bicos” — juntamente com o exercício de procura de trabalho.

De acordo com sua evolução, ao longo da série da PED-RMPA, o quadro do desemprego vem se agravando de forma generalizada para ambos os gêneros.

Entre os homens, no entanto, a situação foi mais grave, pois mesmo a queda em sua taxa de participação — de 70,7% em 1993 para 67,1% em 1997 — não contribuiu para atenuar o intenso crescimento do desemprego. Assim, eles passam a representar uma parcela maior no contingente total de desempregados: em 1993, eram 91 mil homens ou 51,9% da mão-de-obra desempregada e, em 1997, esse número chegou a 110 mil desempregados, perfazendo 53,6% do total de indivíduos nessa condição.

No caso das mulheres, observa-se redução de sua participação no estoque da população em desemprego na RMPA, a qual caiu de 48,1% em 1993 para 46,4% em 1997.

Ainda nesse período, se se comparar ano a ano o movimento da taxa de desemprego, desagregada por gênero, *vis-à-vis* à taxa total, verifica-se similaridade de movimentos até o ano de 1996: queda generalizada entre 1993 e 1995 e crescimento em 1996. Isso demonstra uma sintonia entre o movimento geral e seus efeitos sobre cada gênero. No entanto essa similaridade de movimentos se rompe em 1997, quando o crescimento da taxa total repercutiu apenas o aumento da taxa de desemprego feminina, que se elevou de 14,1% em 1996 para 15,1% em 1997. Entre os homens, houve relativa estabilidade, pois sua taxa passou de 12,4% para 12,3%.

3.1.2 - Idade

De um modo geral, considerando-se os vários grupos etários, as taxas de desemprego são menores nas faixas etárias mais elevadas, ao passo que entre os mais jovens, de 10 a 17 anos de idade, a taxa de desemprego tende a ser maior (35,8%).

Tomando como referência a evolução desse indicador desde o início da série da PED-RMPA, em 1993, e comparando-o com o de 1997, verifica-se crescimento generalizado do desemprego em todas as faixas etárias. Entretanto observa-se que ele vem aumentando de forma mais intensa entre os indivíduos com idade a partir de 25 anos, como pode ser observado na Tabela 5.

A evolução da taxa de desemprego entre os indivíduos de 10 a 17 anos foi mais lenta do que a dos demais, crescendo 9,1% no período em foco. O ritmo dessa evolução provavelmente se deve à menor pressão sobre o mercado de trabalho que os jovens vêm exercendo ao longo da série analisada. A taxa de participação desse grupo vem caindo desde 1993 (quando era 20,7% da PIA) até chegar a 13,7% em 1997. Este é um fato que pode indicar uma inserção menos precoce da população metropolitana no mundo do trabalho. Em 1997, 26 mil jovens estavam desempregados na RMPA.

No grupo etário de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego evoluiu um pouco mais rapidamente, crescendo 13,5% no período. No conjunto de trabalhadores desempregados, observa-se que 30,9% se concentrou nessa parcela, que foi estimada em 63 mil pessoas.

O movimento ascensional da taxa entre os adultos de 25 a 39 anos de idade foi mais intenso ainda, elevando-se 18,6%. Cabe salientar que esse foi o único grupo etário que não reduziu sua taxa de participação entre os anos de 1993 e 1997, mantendo praticamente inalterada sua participação no mercado de trabalho em 78,0% da PIA. Esse segmento abarcou a maior concentração de desempregados, com 36,5% do total, ficando estimado em 75 mil pessoas. Nesse caso, pelo papel social que desempenham, esses indivíduos têm um fluxo atividade-inatividade mais limitado e possuem uma taxa de participação mais estável.

Já a parcela dos com 40 anos e mais apresentou o quadro mais grave dentre todos os grupos etários, pois, juntamente com queda na taxa de participação, foi a que sofreu o maior crescimento na taxa de desemprego. Esse indicador aumentou 31,1% no período em estudo, paralelamente à redução da taxa de participação — de 50,8% para 48,5%. O contingente de desempregados com 40 anos e mais ficou estimado em 41 mil pessoas. Tal resultado — a redução da pressão sobre o mercado de trabalho combinado com intenso aumento na taxa de desemprego — estaria a indicar, para esse segmento, maiores dificuldades de inserção no mercado metropolitano.

3.1.3 - Escolaridade

De acordo com o atributo escolaridade, verifica-se que, em 1997, quase a metade dos desempregados (49,8%) não tinham completado o 1º grau. Em

termos absolutos, isso significa que, dentre os 205 mil excluídos da órbita produtiva na RMPA, 102 mil não tinham sequer terminado o 1º grau. É nesse grupo que se verifica a taxa de desemprego mais elevada (16,2%), evidenciando a dificuldade de inserção no mercado de trabalho dos indivíduos com menor escolaridade. Confirmando essa afirmativa, os dados mostram que as taxas de desemprego diminuem conforme aumenta o nível de escolaridade (Tabela 6).

Assim, para aqueles que concluíram o 1º grau, registrou-se a segunda maior taxa de desemprego, da ordem de 15,1%, o que representa 52 mil pessoas ou 25,4% da mão-de-obra desempregada em 1997.

Os indivíduos dessa categoria foram os que tiveram o menor incremento na taxa de desemprego. No período investigado, esse grupo registrou elevação em sua participação no contingente em desemprego, passando a representar um quarto do total.

Por sua vez, o grupo dos que possuem o 2º grau completo tem como característica apresentar as maiores taxas de participação e ser o menos excluído da órbita produtiva, representando 19,6% da mão-de-obra desempregada em 1997. Com uma taxa de participação de 71,7% da PIA, os indivíduos com 2º grau completo registraram uma taxa de desemprego da ordem de 10,6%.

Todavia, na comparação com o do ano de 1993, o crescimento mais intenso da taxa de desemprego ocorreu exatamente nesse grupo que concluiu o 2º grau escolar, cuja taxa cresceu 23,3% no período. Esse grupo foi o que mais elevou sua participação no conjunto dos desempregados, passando a representar praticamente 20% em 1997. Apesar de relativamente pequena, sua participação vem se elevando substancialmente no conjunto dos indivíduos em situação de desemprego na Grande Porto Alegre.

Por sua vez, o grupo das pessoas que têm poucos anos de estudo — 1º grau incompleto — foi o único que reduziu sua participação no contingente de desempregados. Em 1993, início da série, representava 57,0% da mão-de-obra desempregada, passando para 49,8% em 1997.

Esse quadro vem confirmar que, ao longo dos anos, o perfil do desempregado metropolitano vem se alterando, com o desemprego atingindo também aqueles segmentos melhor qualificados quanto à escolaridade básica. A melhor formação escolar já não garante a mesma estabilidade no mercado de trabalho.

3.1.4 - Posição no domicílio

Analisando a posição que o desempregado ocupa no domicílio em que reside, observa-se que 67 mil chefes de domicílio se encontravam na situação de desemprego em 1997. Tal contingente representa, praticamente, um terço da

mão-de-obra desempregada, perdendo só para os filhos, que, somando 82 mil pessoas, perfaziam 40% do conjunto dos desempregados em 1997, como demonstra a Tabela 7.

Ainda que a taxa de desemprego entre chefes de domicílio (9,1%) seja a menor comparada à dos demais moradores do domicílio, houve um crescimento intenso em relação ao primeiro ano da série. Em 1993, 7,1% dos chefes que participaram da força de trabalho se encontravam em situação de desemprego, o que demonstra que esse indicador cresceu quase 30% no período de cinco anos. Com isso, a proporção de chefes de domicílio desempregados vem aumentando. No período 1993-97, tal proporção cresceu sucessivamente — exceção feita ao ano de 1994, quando houve pequeno recuo —, passando de 27,8% para 32,6% do contingente em desemprego, no período.

Já os filhos e cônjuges vêm perdendo participação. Os primeiros, cuja taxa de desemprego pouco se alterou no período, variando 1,8%, representavam 44,5% da mão-de-obra desempregada em 1993, passando para 40,0% em 1997. A proporção dos cônjuges também apresentou pequeno recuo: de 19,0% em 1993 para 18,4% dos desempregados em 1997.

Essas informações mostram que o processo de exclusão social provocado pelo desemprego já vem atingindo o segmento com maior responsabilidade no orçamento familiar, o que tende a agudizar o quadro da não-utilização da força de trabalho disponível na Grande Porto Alegre.

3.1.5 - Tempo médio despendido na procura de trabalho

Como pode ser observado no Gráfico 2, o tempo médio despendido na procura de trabalho vem se elevando ano a ano desde o início da série, atingindo o patamar de 36 semanas, ou cerca de nove meses, em 1997.

A única exceção ao comportamento ascensional no tempo de procura fica por conta do ano de 1995, quando esse indicador retornou ao patamar de 25 semanas, só verificado no primeiro ano da série. Esse fato está relacionado aos efeitos dinamizadores que marcaram o período inicial do Plano Real, afetando a economia e, por extensão, estimulando o mercado de trabalho metropolitano.

3.2 – Perfil dos desempregados com experiência anterior de trabalho

A dinâmica do mercado de trabalho metropolitano é regida pelos movimentos de criação e eliminação de postos de trabalho entre os setores da economia. Na

análise do grupo dos desempregados com experiência anterior de trabalho, leva-se em conta o movimento de ocupação e desemprego nesses setores.

De acordo com as informações captadas pela PED-RMPA entre 1993 e 1997, o setor industrial vem reduzindo sua participação no total de ocupados. Em 1993, a indústria absorvia 24,2% da mão-de-obra metropolitana, e, em 1997, esse percentual havia diminuído para 19,8%. Em consequência do processo de reestruturação produtiva, que introduziu novas tecnologias no trabalho fabril, o aumento da produtividade vem acontecendo paralelamente à elevação do desemprego. Postos de trabalho vêm sendo paulatinamente eliminados nesse setor: 46 mil nos últimos cinco anos. Comparando-se os dois anos extremos da série, observa-se, conforme a Tabela 8, que o percentual de desempregados que tiveram sua última ocupação no setor industrial se manteve elevado, atingindo 26,3% e 22,5%, respectivamente, do total de desempregados com experiência anterior de trabalho.

No setor serviços, constata-se um processo diferenciado daquele da indústria: de 1993 para cá, esse setor ampliou sua participação no total de ocupados da RMPA, tornando-se o responsável pela metade da ocupação (49,3%) metropolitana. Estima-se que, entre 1993 e 1997, o setor serviços gerou 55 mil novos postos de trabalho. No entanto, do ponto de vista do desemprego, este vem, ao longo dos últimos cinco anos, desempregando um número crescente de trabalhadores, inclusive aumentando sua participação no contingente de desempregados para quase 40% em 1997. Esse aumento do número de desempregados oriundos do setor serviços pode ser explicado, pelo menos em parte, por ajustes internos em alguns segmentos do próprio setor.

Já o percentual de desempregados que tiveram no comércio sua última ocupação, vem se mantendo praticamente estabilizado, atingindo, em 1997, 20,8% do total do contingente com experiência anterior de trabalho.

Com relação à categoria dos desempregados em foco, segundo a posição na ocupação no último trabalho, como demonstra a Tabela 9, verifica-se que a grande maioria era trabalhador assalariado, com e sem carteira de trabalho assinada. Entretanto essa participação vem se reduzindo ano a ano entre 1993 e 1997, passando de 86,1% do total de desempregados com experiência anterior de trabalho no primeiro ano para 82,8% no último.

Destaca-se a elevação do desemprego entre os trabalhadores autônomos, que praticamente dobraram sua participação nesse contingente, sinalizando um enfraquecimento dessa alternativa ocupacional, tradicionalmente utilizada como amortecedora do desemprego.

Analisando o motivo pelo qual os trabalhadores deixaram seu último trabalho no decorrer do período em estudo, constata-se elevação do contingente que

perdeu seu emprego por motivos demarcados pela empresa ou decorrentes do negócio: 62,7% foram demitidos pela empresa no primeiro ano do estudo, ao passo que, no último ano, esse contingente se elevou para 73,6% do total de desempregados, como pode ser verificado na Tabela 10. Por outro lado, observou-se redução daqueles que se desligaram de sua ocupação por motivos particulares: em 1993, perfaziam 37,3% do total de desempregados e, em 1997, passaram para 26,4 %.

Observa-se aqui um deslocamento de cerca de 10 pontos percentuais do total do contingente que, ao longo dos cinco anos, trocou de uma posição para a outra. Esse deslocamento é, provavelmente, o reflexo das alterações por que vêm passando as empresas e os negócios, na RMPA, num contexto de reestruturação produtiva.

Investigando o tempo de permanência dos desempregados no último trabalho, verifica-se que, em 1997, pouco mais da metade (53,8%) permaneceu na empresa ou no negócio por, no máximo, um ano, parcela que representava 61,4% em 1993, como pode ser visto na Tabela 11. Já aqueles com mais de um ano de permanência elevaram sua proporção nesse contingente, passando de 38,6% para 46,2% dos desempregados com experiência anterior entre 1993 e 1997. Isso sugere a hipótese de que a maior experiência no trabalho, em geral resultante do maior tempo de permanência, deixou de ser, ao longo dos anos, uma garantia de manutenção do emprego.

Durante o tempo em que permanecem sem trabalho, os desempregados sobrevivem da forma como podem. Quase dois terços dos desempregados apóiam-se em outros familiares com quem residem e que têm trabalho (Tabela 12). Já a busca de ajuda de outros parentes e/ou conhecidos como meio de sobrevivência se tornou um recurso mais utilizado pelos desempregados em 1997, quando comparado a 1993.

Chama atenção a redução da utilização de trabalhos irregulares, ocasionais e bicos como opção à qual os desempregados recorrem, o que evidencia que até mesmo o trabalho precário, que de certa forma ameniza o problema da sobrevivência do indivíduo e, em muitos casos, da família, vem se retraindo.

Quanto ao seguro-desemprego, verificou-se que a grande maioria dos indivíduos não lançou mão dessa alternativa no período em estudo. A elevada quantidade de exigências que o trabalhador deve atender para que possa solicitar o seguro-desemprego, somada ao pequeno número de parcelas oferecidas (de três a cinco, no máximo), faz com que poucos tenham direito a um benefício que, de todo modo, ainda abrange um período pouco significativo, quando comparado ao tempo médio de procura, por trabalho, estimado em cerca de nove meses, em 1997. Ainda que pequena, a parcela de desempregados que

recorreu a esse benefício como forma de amparo quando em situação de desemprego mais que dobrou na comparação entre os anos extremos da série. Essas considerações apontam a necessidade de repensar o modelo de seguro-desemprego vigente no País.

4 – Considerações finais

A incapacidade da economia de gerar postos de trabalho em número suficiente para absorver toda a mão-de-obra disponível, característica estrutural do mercado de trabalho nacional, vem se intensificando na Região Metropolitana de Porto Alegre, principalmente a partir da segunda metade da década de 90.

O desemprego na Grande Porto Alegre, já em patamar elevado desde o início da PED-RMPA, vem aumentando, a partir de 1995, tanto em termos da taxa de desemprego quanto em termos do contingente afetado por essa situação. Nem mesmo a queda na taxa de participação verificada nos dois últimos anos da série — 1996 e 1997 — evitou o aprofundamento do desemprego metropolitano. Em 1997, esse fenômeno atingiu, de maneira mais direta, os indivíduos que constituem a força de trabalho primária e, portanto, que têm maior responsabilidade no orçamento familiar. Dentre os 205 mil desempregados no mercado de trabalho metropolitano, a maioria são homens, chefes de domicílio e indivíduos com idade entre 18 e 39 anos.

Do total da mão-de-obra desempregada, pouco mais da metade (53,6%) eram homens, embora tenha-se observado crescimento apenas na taxa de desemprego feminino para o mesmo período. Cerca de 70% dos indivíduos desempregados tinham entre 18 e 39 anos de idade. Todavia chama atenção a intensidade do crescimento da participação dos indivíduos com 40 anos e mais no estoque de desempregados da RMPA entre 1993 e 1997. Além disso, praticamente metade dos desempregados — 102 mil pessoas — não tinham o 1º grau completo, ainda que a evolução do perfil do desemprego entre os anos extremos da série indique que as pessoas com 1º ou 2º graus concluídos vêm elevando sua participação, sugerindo que a maior escolarização deixou de ser critério suficiente para proteger o trabalhador da situação de desemprego.

O agravamento das condições do mercado de trabalho metropolitano verificado ao longo da série analisada atinge indivíduos que ocupam posição de chefes no domicílio em que residem, que passam a representar quase um terço das pessoas desempregadas em 1997.

É nesse contexto que o desemprego na área metropolitana, que já se constitui num grave problema social, se aprofunda, passando a atingir indivíduos

que têm, atrás de si, responsabilidades na manutenção e no sustento das próprias famílias, conduzindo ao agravamento da pobreza e da desigualdade. Assim, o desemprego gera um efeito multiplicador negativo, ao também excluir da esfera de consumo os membros da família que dele dependem.

Delineando algumas características dos 173 mil desempregados com experiência anterior de trabalho na RMPA em 1997, verificou-se uma evolução desfavorável aos trabalhadores, evidenciando a ampliação das dificuldades para se manterem ocupados ou conseguirem uma nova ocupação no mercado de trabalho. De fato, ao longo da série PED-RMPA, registrou-se crescimento na proporção dos indivíduos desligados da ocupação por motivos demarcados pela empresa ou decorrentes do negócio, bem como uma maior participação nesse contingente daqueles que tinham maior tempo de permanência no trabalho. Observa-se, ainda, elevação intensa no tempo que o desempregado despende na procura de uma nova ocupação. Analisando a maneira como sobrevivem paralelamente a essa procura, a principal estratégia de sobrevivência dos desempregados continua sendo o auxílio de pessoas do núcleo familiar que ainda têm trabalho, em que pese à redução do percentual que a ela recorre, quando comparado aos anos anteriores da série. Conforme a posição que o desempregado ocupava no último trabalho, constatou-se que a grande maioria era formada por trabalhadores assalariados. Entretanto destaca-se a elevação do desemprego entre aqueles que detinham a posição de autônomos — praticamente dobrou no período 1993-97 —, sinalizando um enfraquecimento dessa alternativa ocupacional, tradicionalmente utilizada como amortecedora do desemprego.

Tabela 1

Quadro geral do mercado de trabalho em regiões metropolitanas selecionadas e no Distrito Federal — 1996-97

PRINCIPAIS INDICADORES	RMPA			RMSP		
	1996	1997	Δ (%)	1996	1997	Δ (%)
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (1)	2 764	2 824	2,2	13 687	13 925	1,7
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (1)	1 509	1 526	1,1	8 459	8 592	1,6
Ocupados (1)	1 311	1 321	0,8	7 182	7 217	0,5
Desempregados (1)	198	205	3,5	1 277	1 375	7,7
Taxa de Participação (%)	54,6	54,0	-1,1	61,8	61,7	-0,2
Taxa de Desemprego (%)	13,1	13,4	2,3	15,1	16,0	6,0
Aberto	9,1	9,6	5,5	10,0	10,3	3,0
Oculto	4,0	3,8	-5,0	5,1	5,7	11,8

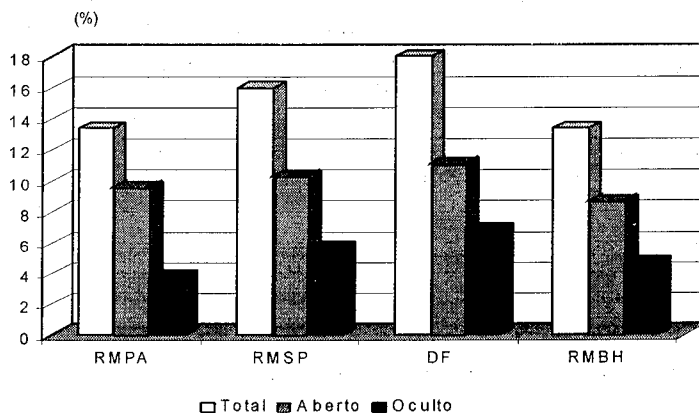
PRINCIPAIS INDICADORES	DF			RMBH		
	1996	1997	Δ (%)	1996	1997	Δ (%)
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (1)	1 343	1 367	1,8	3 080	3 164	2,7
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (1)	811	846	4,3	1 746	1 832	4,9
Ocupados (1)	674	693	2,8	1 524	1 587	4,1
Desempregados (1)	137	153	11,7	222	245	10,4
Taxa de Participação (%)	60,4	61,9	2,5	56,7	57,9	2,1
Taxa de Desemprego (%)	16,8	18,0	7,1	12,7	13,4	5,5
Aberto	10,9	11,1	1,8	7,8	8,7	11,5
Oculto	5,9	6,9	16,9	4,9	4,7	-4,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE; PED-RMSP - SEADE-SP e DIEESE; PED-DF - CODE-PLAN/GDF-Stb/GDF; PED-RMBH - CEIFJPP - Setascad - SINE-MG.

(1) Médias anuais em 1.000 pessoas.

Gráfico 1

Composição da taxa de desemprego nas regiões metropolitanas selecionadas e no Distrito Federal — médias anuais/97



FONTE: Tabela 1.

Tabela 2

Principais indicadores do mercado de trabalho na RMPA — 1993-97

DISCRIMINAÇÃO	ANOS					Δ ABSOLUTA	
	1993	1994	1995	1996	1997	Δ% 1997 1996	1997 1993
POPULAÇÃO TOTAL (1)	3 133	3 202	3 272	3 342	3 412	2,1	279
PIA (2)	2 534	2 618	2 674	2 764	2 824	2,2	290
PEA (2)	1 445	1 438	1 487	1 509	1 526	1,1	81
População Ocupada (2)	1 269	1 276	1 327	1 311	1 321	0,8	52
Indústria	308	301	291	278	262	-5,8	-46
Comércio	206	202	226	219	223	1,8	17
Serviços	596	605	624	635	651	2,5	55
Construção Civil	75	76	85	79	83	5,1	8
Serviços Domésticos	77	85	94	96	95	-1,0	18
Desempregados (2)	176	162	160	198	205	3,5	29
TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)	57	54,9	55,6	54,6	54,0	-1,1	-
TAXAS DE DESEMPREGO (%)							
Total	12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	2,3	-
Aberto	7,3	8,0	8,1	9,1	9,6	5,5	-
Oculto	4,9	3,3	2,6	4,0	3,8	-5,0	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Estimativa em 1 000 pessoas, elaborada pelo Núcleo de Sistematização de indicadores da FEE. (2) Estimativa em 1 000 pessoas.

Tabela 3

Distribuição e estimativas dos desempregados, com e sem experiência anterior de trabalho, na RMPA — 1993/97

EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS (%)		ESTIMATIVA DOS DESEMPREGADOS (1 000 pessoas)	
	1993	1997	1993	1997
Com	82,5	84,6	145	173
Sem	17,5	15,4	31	32
TOTAL	100,0	100,0	176	205

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 4

Taxa de desemprego, taxa de participação, distribuição dos desempregados e estimativa dos desempregados, por gênero, na RMPA — 1993 e 1997

GÊNEROS	TAXA DE DESEMPREGO (%)		TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)		DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS (%)		ESTIMATIVA DOS DESEMPREGADOS (1 000 pessoas)	
	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997
Feminino	14,3	15,1	44,5	42,3	48,1	46,4	85	95
Masculino	10,7	12,3	70,7	67,1	51,9	53,6	91	110
Total	12,2	13,4	57,0	54,0	100,0	100,0	176	205

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 5

Taxa de desemprego, distribuição dos desempregados e estimativa dos desempregados, por idade, na RMPA — 1993 e 1997

FAIXA ETÁRIA	TAXA DE DESEMPREGO (%)			DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS (%)		ESTIMATIVA DOS DESEMPREGADOS (1 000 pessoas)	
	1993	1997	Δ	1993	1997	1993	1997
	De 10 a 17 anos	32,8	35,8	9,1	19,5	12,6	34
De 18 a 24 anos	19,2	21,8	13,5	31,1	30,9	55	63
De 25 a 39 anos	9,7	11,5	18,6	34,4	36,5	61	75
Com 40 anos e mais	6,1	8,0	31,1	15,0	20,0	26	41
Total	12,2	13,4	9,8	100,0	100,0	176	205

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE

Tabela 6

Taxa de desemprego, taxa de participação, distribuição dos desempregados e estimativa dos desempregados, por escolaridade, na RMPA — 1993 e 1997

ESCOLARIDADE	TAXA DE DESEMPREGO (%)			TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)		DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS (%)		ESTIMATIVA DOS DESEMPREGADOS (1 000 pessoas)	
	1993	1997	Δ	1993	1997	1993	1997	1993	1997
	Sem escolaridade	(4)	(4)	-	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
1º grau incompleto	14,6	16,2	11,0	49,1	44,0	57,0	49,8	100	102
1º grau completo (1)	13,8	15,1	9,4	64,8	60,0	22,8	25,4	40	52
2º grau completo (2)	8,6	10,6	23,3	75,0	71,7	14,8	19,6	26	40
3º grau completo	(3)	(3)	-	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Total	12,2	13,4	9,8	57,0	54,0	100,0	100,0	176	205

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE

(1) Corresponde ao 1º grau completo e ao 2º grau incompleto (2) Corresponde ao 2º grau completo e ao 3º grau incompleto (3) Não comporta desagregação

Tabela 7

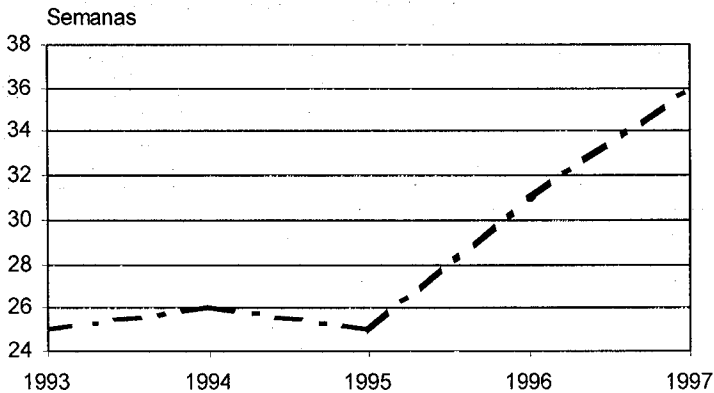
Taxa de desemprego, taxa de participação, distribuição dos desempregados e estimativa dos desempregados, por posição no domicílio, na RMPA — 1993 e 1997

POSIÇÃO NO DOMICÍLIO	TAXA DE DESEMPREGO (%)			TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)		DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS (%)		ESTIMATIVA DOS DESEMPREGADOS (1 000 pessoas)	
	1993	1997	Δ	1993	1997	1993	1997	1993	1997
Chefe	7,1	9,1	28,2	76,3	72,1	27,8	32,6	49	67
Cônjuge	11,0	11,8	7,3	46,6	45,0	19,0	18,4	34	38
Filho	22,0	22,4	1,8	45,1	42,0	44,5	40,0	78	82
Outros	15,3	17,9	17,0	51,7	47,1	8,7	9,0	15	18
Total	12,2	13,4	9,8	57,0	54,0	100,0	100,0	176	205

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 2

Tempo médio despendido na procura de trabalho, na RMPA — 1993-97



FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 8

Distribuição percentual dos desempregados, com experiência anterior de trabalho, por setor de atividade, na RMPA — 1993 e 1997

SETOR DE ATIVIDADE NO ÚLTIMO TRABALHO	ANOS	
	1993	1997
Indústria	26,2	22,5
Comércio	20,3	20,8
Serviços	36,0	39,7
Outros (1)	17,5	17,0
Total	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inclui construção civil, serviços domésticos e outros.

Tabela 9

Distribuição percentual dos desempregados, com experiência anterior de trabalho, por posição na ocupação, na RMPA — 1993 e 1997

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO ÚLTIMO TRABALHO	ANOS	
	1993	1997
Assalariado	86,1	82,8
Autônomo	4,6	8,8
Empregado doméstico	8,8	7,4
Outros	(1)	(1)
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Não comporta desagregação

Tabela 10

Distribuição percentual dos desempregados com experiência anterior de trabalho, segundo o motivo de desligamento do último trabalho, na RMPA — 1993 e 1997

MOTIVO DE DESLIGAMENTO DO ÚLTIMO TRABALHO	ANOS	
	1993	1997
Por motivos da empresa ou negócio	62,7	73,6
Por motivos particulares do indivíduo	37,3	26,4
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 11

Distribuição percentual dos desempregados com experiência anterior de trabalho, segundo o tempo de permanência no último trabalho, na RMPA — 1993 e 1997

TEMPO DE PERMANÊNCIA NO ÚLTIMO TRABALHO	ANOS	
	1993	1997
Até 6 meses	38,5	32,8
Mais de 6 a 12 meses	22,9	21,0
Mais de 12 meses	38,6	46,2
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 12

Distribuição percentual dos desempregados com experiência anterior de trabalho, segundo os meios de sobrevivência após o último trabalho, na RMPA — 1993 e 1997

MEIOS DE SOBREVIVÊNCIA	1993			1997		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos	32,0	68,0	100,0	22,6	77,4	100,0
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	25,9	74,1	100,0	42,5	57,5	100,0
Outra(s) pessoa(s) da família que tem trabalho	62,0	38,0	100,0	60,0	40,0	100,0
Dinheiro do Fundo de Garantia	7,1	92,9	100,0	8,3	91,7	100,0
Dinheiro do seguro-desemprego	3,9	96,1	100,0	9,1	90,9	100,0
Pensão ou aposentadoria ..	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Outros	10,7	89,3	100,0	7,5	92,5	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Não comporta desagregação.

Bibliografia

- BALANÇO anual do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo 1996 (1997). São Paulo : PED/SEADE.
- BARROS, Ricardo et al. (1996). O Impacto da abertura comercial sobre o mercado de trabalho brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPEC, 24., Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia : ANPEC.

- BARROS, Ricardo, CAMARGO, José M, MENDONÇA, Rosane (1996). A estrutura do desemprego no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPEC, 24., Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia : ANPEC.
- BOLETIM DO DIEESE (1996). Porto Alegre : DIEESE, n.183, jun.
- BRANDÃO, Sandra (1997). **Medição do desemprego em mercado de trabalho heterogêneo**: a experiência da PED. Rio de Janeiro : IPEA. (Série Seminários, n. 15/97).
- BRANDÃO, Sandra, HOFFMAN, Marise (1995). **Estatísticas do trabalho**: análise de algumas práticas internacionais. (Seminário Desafios para Repensar o Trabalho, Rio de Janeiro).
- CHAVES, André Luiz (1997) Mercado de trabalho na RMPA: desempenho desfavorável no primeiro semestre de 1997. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre : FEE, v.25, n.3, p.64-80, nov.
- CORSEIUL, Carlos H., REIS, Carla, URANI, André (1996) Determinantes da estrutura de desemprego no Brasil: 1986-1995. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPEC, 24., Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia : ANPEC.
- DE TONI, Miriam, XAVIER SOBRINHO, Guilherme (1997). O mercado de trabalho gaúcho nos anos 90: a persistência de uma trajetória de precarização. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre : FEE, v.25, n.2, p.137-176, ago.
- DEDECCA, Cláudio (1998). O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo : Ed. 34, v.18, n.1, p.99-119, jan./mar.
- DEDECCA, Cláudio, org. (1996). **Metodologia e construção de indicadores de desemprego de um mercado de trabalho heterogêneo**. Rio de Janeiro : IBGE. (Trabalho elaborado para subsidiar debate no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais Econômicas e Territoriais).
- ELEMENTOS para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil (1996). São Paulo : SEADE/DIEESE.
- GAZETA MERCANTIL (1998). São Paulo , 25 jun.
- GONZAGA, Gustavo (1998). Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo : Ed. 34, v.18, n.1, p.120-140, jan./mar.

- GORZ, André, SCHAFF, Adam (1993). O futuro do trabalho. **Revista Socialismo do Futuro**, Sevilha, n.6.
- HUFFSCHMID, Jörg., GRAHL John, MAZIER, Jacques (1997). Economistas europeus por uma política econômica alternativa em Europa. **Revista El Viejo Topo**, n.110.
- KRELING, Norma (1997). Ocupação e escolaridade na RMPA.. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre : FEE, v.25, n.1, p202-223, maio.
- MATTOSO, Jorge (1996). **A desordem do trabalho**. São Paulo : Scritta
- MATTOSO, Jorge, OLIVEIRA, Carlos, orgs. (1996). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado**. São Paulo : Scritta.
- MERCADO de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, O (1998). São Paulo : PED/SEADE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: Rio Grande do Sul (1996). Rio de Janeiro : IBGE.
- POCHMANN, Márcio (1996). O problema recente do emprego no capitalismo contemporâneo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPEC, 24., Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia : ANPEC.
- REVISTA ÉPOCA (1998). São Paulo : Globo, n.5, 22 jun.